

Lei Ordinária nº 2107/2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO E CENTRO SOCIAL DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (ACS/PMBM/MS), NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO DIRECIONADO AO PROERD.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do Legislativo Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Publicada em 11 de março de 2024

Art. 1°

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Contribuição com a **Associação e Centro Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul (ACS/PMBM/MS)**, inscrita no CNPJ sob o n° 01.103.530/0007-13, com sede neste município, nos termos da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, para a transferência de recursos financeiros para a consecução de finalidades de interesse público direcionado ao PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E À VIOLÊNCIA) na ordem de R\$ 67.776,00 (sessenta e sete mil setecentos e setenta e seis reais), a ser pago em 10 parcelas mensais esucessivas da seguinte forma:

§ 1°

06 parcelas mensais iguais e sucessivas, no valor de R\$ 8.472.00 (oito mil quatrocentos e setenta e dois reais),com início no mês de março do ano de 2024 e fim no mês de agosto de 2024.

§ 2°

04 parcelas mensais iguais e sucessivas, no valor de R\$ 4.236.00 (quatro mil duzentos e trinta e seis reais), com início no mês de setembro do ano de 2024 e fim no mês de dezembro de 2024.

Art. 2°

O auxílio financeiro de que trata esta lei tem por objetivo dar amparo financeiro à título de Ajuda de Custo aos Policiais Militares que atuam no PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E À VIOLÊNCIA):

Art. 3°

O auxílio de que trata esta lei será formalizado por meio de Termo de Contribuição, observadas as exigências previstas na Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, sem prejuízo das demais normas aplicáveis ao caso.

Art. 4°

Considera-se inexigível a necessidade de realização de chamamento público para a formalização e concessão do auxílio financeiro de que trata esta lei, nos termos do art. 31, II da Lei Federal n° 13.019, de 2014.

Art. 5°

A entidade beneficiária fará a prestação de contas do recursos recebidos de acordo com o previsto no Plano de Trabalho observada a legislação aplicável.

Art. 6°

Aplicam-se aos atos derivados desta lei as exigências previstas na Lei Federal nº 13.019, de 2014 e seu regulamento.

Art. 7°

As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 8°

A transferência constante no art. lo e parágrafos da presente lei, poderá ser prorrogada por mais um ano, a critério da Administração.

Art. 9°

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TÍTULO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins que existe previsão na Lei Orçamentária Anual para o custeio das atividades previstas no presente Projeto de Lei, consoante a seguinte rubrica orçamentária.

Poder - 02 - PODER EXECUTIVO

Órgão - 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária - 020601 - Secretaria Municipal de Educação

Função - 12 -Educação

Subfunção - 361 - Ensino Fundamental

Programa - 0004 - Educação para Todos

Proj/Ativ - 2005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

Fonte - 500 - Recursos não vinculados de Impostos

Total Orçamentário: 240.000,00

Total Disponível: 201.000,00

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Jardim-MS, 11 de março de 2024.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

Prefeito municipal